

O governo que não sabia traduzir

» MONICA HRUBY

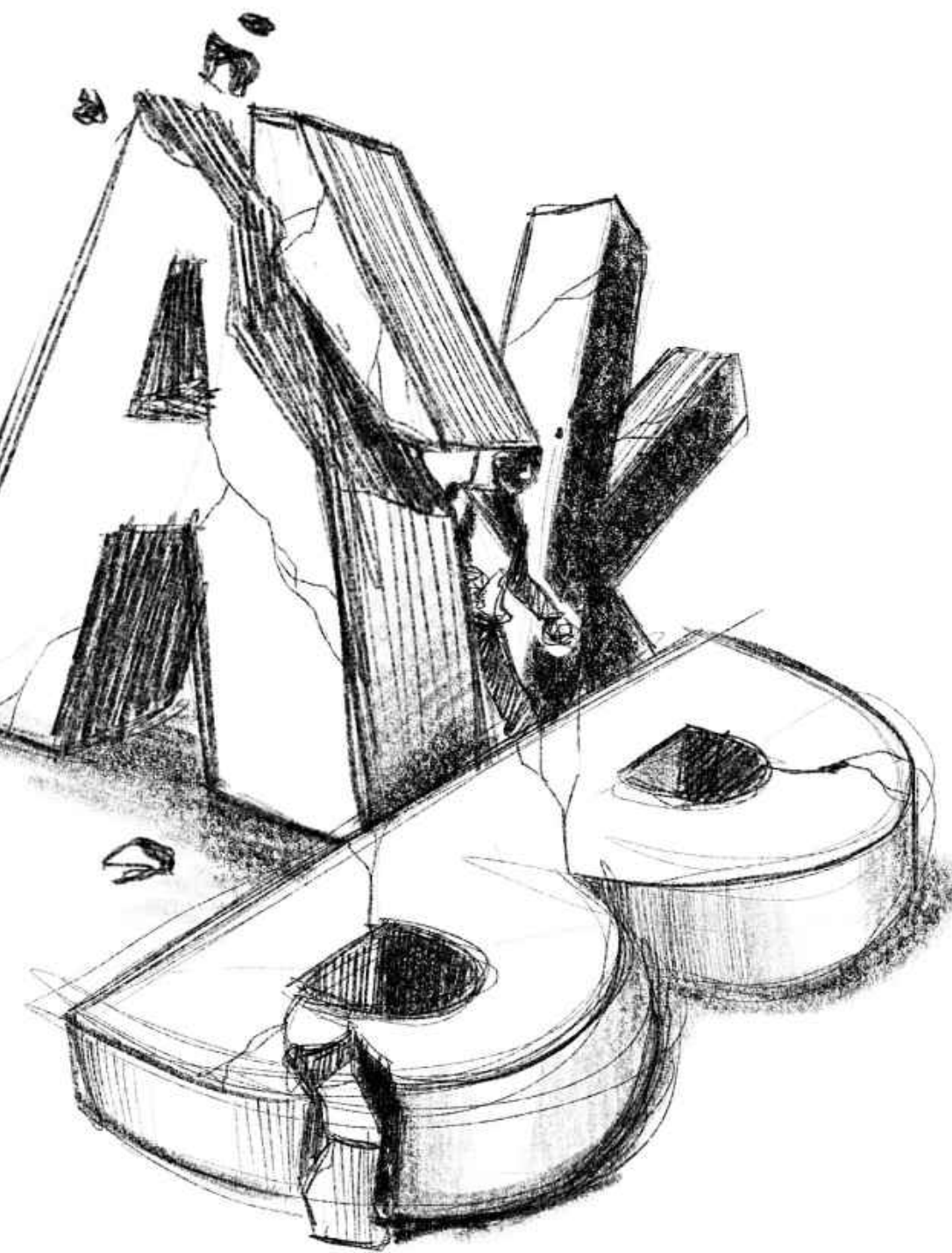
Presidente da Associação dos Tradutores Juramentados do Rio de Janeiro e representante do Grupo Juramentados Unidos

Dois episódios recentes no Brasil lançam alerta sobre o perigo de traduções malfeitas em documentos ou textos em geral. Na CPI da Pandemia, a senadora Simone Tebet (MDB-MS), apontou diversas irregularidades, que incluem erros de português e inglês e mistura dos dois idiomas na mesma página, nas negociações para a compra da vacina Covaxin. Antes disso, no mês passado, foi a vez de uma tradução equivocada de uma matéria da revista inglesa *The Economist*. A publicação destacou o colapso do Brasil no enfrentamento à covid-19 com o título: “É hora de ir embora”. A Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM) publicou no Twitter inúmeras críticas à reportagem a partir de uma tradução literal de um trecho, afirmando que “...a prioridade mais urgente é eliminá-lo” (referindo-se ao presidente Bolsonaro), quando a publicação original dizia que era preciso retirá-lo do poder por meio de voto.

Falhas de traduções e interpretações podem se tornar ainda mais comuns e representar risco às negociações internacionais, se for aprovada a Medida Provisória 1.040 de 2021, de autoria do deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP). A MP acaba com o concurso público para tradutores juramentados e libera para a função qualquer pessoa, inclusive estrangeiros, sem concurso por meio de um simples certificado de proficiência. Ocorre que a atividade de tradução juramentada demanda uma responsabilidade civil e penal do profissional tradutor. Para exercer a função, o profissional precisa ser aprovado em concurso nas Juntas Comerciais do País e é responsável legal pela tradução e pela guarda dos documentos traduzidos. Com as mudanças, o Brasil perde a segurança jurídica que garante a qualidade e a validade das traduções registradas.

A MP do jeito que passou na Câmara e foi enviada ao Senado retira a natureza documental pública da tradução juramentada, esvaziando a chamada fé pública de segundo grau dos tradutores juramentados. Isso significa que, atualmente, o tradutor juramentado emite as traduções juramentadas sem necessitar de validação. Pela estrutura da MP, as pessoas não concursadas poderão atuar como tradutores juramentados por simples certificado de proficiência. Ao traduzirem documentos — como contratos entre empresas, certidões, testamentos, diplomas, processos de cidadania estrangeira, entre outros —, precisarão de um controle de validação de seus trabalhos, isso sem mencionar a exatidão da própria tradução.

Na prática, teremos muito mais burocracia para validar documentos, com a necessidade de autenticação posterior, e situações como a da Cova-



xin podem se repetir em outros contratos e negociações internacionais. Imagine a complicação e o prejuízo que isso pode gerar para um país que necessita de crescimento nas exportações.

Além do risco de imprecisão, as traduções feitas no Brasil podem correr o risco de não serem aceitas em outros países. Atualmente, as traduções públicas permitem que os empresários e cidadãos possam usá-las no exterior, se munidas de Apostila de Haia (uma chancela internacional com 112 países signatários, entre eles o Brasil, o que facilita o trânsito dos documentos internacionalmente). Essa possibilidade fica comprometida com as novas regras, o que pode prejudicar todos os tipos de negociações, desde contratos de comércio, até a validação de diplomas e processos de cidadania e adoção internacional.

Outro problema associado à nova MP é que ela não prevê um valor mínimo de emolumentos para os serviços de tradução. Atualmente, essa prestação de serviços é regulamentada em todo Brasil pelas Juntas Comerciais. Em Brasília, por exemplo, o valor da lauda de tradução para textos comuns, como diplomas e documentos civis é de R\$ 41. Sem uma regulação e com preços livres de mercado, pode haver cobranças abusiva.

Para reverter esse risco potencial, a expectativa é de que esse trecho da MP seja barrado no Senado e que as regras sejam mantidas e tradutores e intérpretes públicos continuem sendo brasileiros natos ou naturalizados, residentes no País, aprovados em concursos públicos e registrados nas Juntas Comerciais. Com isso, a validade dos documentos traduzidos continuaria assegurada.

A escolha é nossa

» CARLOS RODOLFO SCHNEIDER

Presidente da Ciser

Somos um país “abençoado por Deus e bonito por natureza”, como cantado em verso e prosa, mas não temos conseguido transformar isso em crescimento sustentado nas últimas quatro décadas, depois de termos liderado o crescimento mundial entre as décadas de 1950 e 1970. Dados do FMI revelam que em 1980 o PIB dos EUA, em Paridade de Poder de Compra (PPP), equivalia a 4,8 vezes o brasileiro, que por sua vez era praticamente o dobro do chinês. Em 2019, a relação entre o americano e o brasileiro cresceu para 6,22 vezes, enquanto o PIB da China, pelos mesmos critérios, ultrapassara o dos EUA e equivalia a quase nove vezes o brasileiro. Esse passo lento do Brasil não é obra do acaso nem do destino. É falta de competitividade do país.

Crescimento em última instância depende da competitividade da economia. E não temos estado lá tão bem nos rankings internacionais. Mesmo tendo ganho uma posição no levantamento de 2019 do Institute for Management Development (IMD), passamos para a 59ª colocação entre 63 países pesquisados, isto é, quase no fim da fila. Dos critérios avaliados, a eficiência do governo (incluindo a burocracia) está na 62ª posição, só à frente da Venezuela. Da mesma forma, o ranking Competitividade 2019-2020 da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra o Brasil na 17ª posição entre 18 países pesquisados, à frente apenas da Argentina. Por isso, são fundamentais os esforços que vêm sendo feitos nos últimos anos para melhorar o ambiente de negócios, e mais ainda, a consciência do muito que ainda há por fazer, especialmente as reformas micro e macroeconômicas.

O atraso na implementação das medidas necessárias acaba impactando fortemente a produtividade, componente decisivo para a competitividade da economia. O economista José Alexandre Scheinkman, da Universidade Columbia, nos EUA, aponta que, em 1980, os trabalhadores brasileiros e coreanos produziam um terço do que os americanos, e hoje um coreano produz 63% e um brasileiro apenas 23%. Isto é, andamos para trás, e, por isso, não conseguimos nos livrar da armadilha da renda média.

O Brasil não consegue acompanhar o crescimento do conhecimento dos seus pares, como China e Índia, muito menos dos países desenvolvidos. Segundo Scheinkman, “sem uma reforma do Estado brasileiro, é difícil avançar na agenda da produtividade”. É a reforma administrativa em discussão no Congresso. A sociedade brasileira precisa decidir quando quer colher esses resultados: no curto prazo, para tentar recuperar espaço perdido para os outros países, e, por isso, não conseguimos nos livrar dos efeitos apenas para os novos servidores.

O Observatório da Produtividade, do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, levantou que a produtividade do trabalhador brasileiro por hora trabalhada vem caindo 0,4% ao ano desde 2013. E também alerta, que para aumentar a renda da população é essencial melhorar a produtividade. Bem como o é para a retomada consistente da economia. Os estímulos casuais do consumo, que temos visto nos últimos anos, permitem apenas recuperações cíclicas, os chamados voos de galinha. Crescimento sustentado depende de investimentos, em níveis adequados, e regulares. São eles que permitirão o crescimento da produtividade e do PIB potencial. Dos necessários 25% do PIB, temos visto eles recuarem para 15%, com uma surpreendente exceção neste primeiro trimestre de 2021, quando alcançaram 19,4%. Em infraestrutura, precisaríamos aplicar 5% do PIB, mas não passamos de 1,55% no ano passado. A capacidade de investimento do Estado foi corroída pelo crescimento dos gastos obrigatórios, e do consumo do governo, que ronda os 20% do PIB. É o meio transformado em fim, às custas de crescimento de produtividade da sociedade brasileira para custear aumento de gasto público.

O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, destaca a importância de reformas para estimular o crescimento econômico. As mudanças no sistema tributário, “que impõe um pesadelo burocrático diuturno às empresas, enredadas num número enorme de exigências descabidas”. E a modernização da administração pública, “tornando o Estado brasileiro mais leve e eficiente, além de menos caro para a sociedade”. É fazer mais com menos, e melhor, em respeito ao contribuinte.

Na mesma direção, o brasileiro Otaviano Canuto, ex-diretor executivo do Banco Mundial e do FMI, e atualmente o diretor do Center for Macroeconomics and Development em Washington, alerta que “o Brasil tem um problema estrutural, que é a combinação entre a anemia da produtividade e a obesidade do setor público”. Recomenda gastar menos em emendas parlamentares, em remuneração do setor público e em benefícios fiscais, reconfigurando o gasto público. Do lado da produtividade, destaca a necessidade de melhorar a qualidade do ensino e o ambiente de negócios por meio de reformas, se quisermos melhorar o nosso PIB potencial, que não passa de 2,5%, muito atrás dos países com quem competimos no mercado internacional.

A escolha é nossa, e a pressa é nossa. Mais juízo no presente para colhermos no futuro, ou menos responsabilidade no presente e conta alta para pagar no futuro. Senso de urgência, que abandonamos há muito, faz parte da fórmula.

O impacto da pandemia na mão de obra jovem

» FERNANDA AMORIM

Presidente executiva da Brasil Júnior — Confederação Brasileira de Empresas Juniores

Dados captados pela segunda edição do Atlas da Juventude, lançado em junho deste ano, organizado por diversas entidades envolvidas com a bandeira da juventude, incluindo a Brasil Júnior, apontam que os efeitos da pandemia, que agravou ainda mais o quadro social brasileiro, principalmente entre os mais jovens, exigirão um esforço enorme das autoridades públicas e gestores em geral. Estamos diante de um quadro trágico que pode afetar as próximas décadas, aprofundando ainda mais a pobreza e as desigualdades. Para exemplificar de forma clara a urgência que se impõe, tivemos um crescimento considerável dos chamados jovens “nem-nem”, ou seja, aqueles que não estudam ou trabalham. De 10% dessa população, em 2020, que já era considerado um patamar constrangedor para o país, saltamos, em 2021, para 16%.

Como pode ser constatado, os efeitos da pandemia sobre a vida do jovem são visíveis. Quando nos debruçamos sobre o aspecto estritamente do trabalho, observamos não apenas os impactos na renda, mas também no ingresso ao mercado de

trabalho. Os jovens que estão trabalhando são, em sua maioria, estudantes e se dividem principalmente entre os que são dependentes financeiros de suas famílias e aqueles de quem o domicílio depende do seu salário.

As principais atividades exercidas continuam sendo empregos com carteira assinada (principalmente entre os mais velhos) e aprendizes. Os trabalhos autônomos são mais comuns na faixa dos 25 a 29 anos e em áreas urbanas. A ajuda doméstica sem remuneração é mais comum na faixa dos 15 a 17 anos e em áreas rurais. Entre jovens consultados que não estão trabalhando, 30% não estão estudando. A grande maioria continua procurando alguma colocação. Entre estes, 40% estão nessa busca pela primeira vez. A dependência financeira é a realidade da grande maioria deles, mas 7% contribuem para sustentar o domicílio, total ou parcialmente.

Outro dado que impressiona é que, dentre os que não estão trabalhando, 60% não tiveram qualquer atividade remunerada neste período. Os 40% restantes obtiveram alguma renda na informalidade ou no trabalho autônomo. Destes, 20%

fizeram trabalhos pontuais sem carteira assinada e 10% trabalharam por conta própria ou abriram um negócio, o que mostra uma crescente no desejo dos jovens de empreender.

Dos jovens que declararam não estar trabalhando e nem procurando trabalho, quase a totalidade é de dependentes financeiros. Mesmo assim, 3% nessa situação de vulnerabilidade contribuem para sustentar de alguma forma o domicílio em que vivem. Neste grupo, temos, entre 15 e 24 anos, 60% que estão se dedicando aos estudos, o que nos leva a uma marca terrível de 40% de pessoas nesta faixa etária longe da educação.

Diante de uma realidade difícil, o sentimento dos jovens em relação às perspectivas do trabalho no futuro é de desconfiança: 40% estão animados e esperançosos, mesmo percentual daqueles que se sentem inseguros. Os números do Atlas da Juventude são claros e podem embasar políticas de inclusão desse contingente no mercado de trabalho, passando pelo incentivo a uma educação inclusiva de qualidade. Temos ainda como reverter um quadro sombrio e sem muitas perspectivas. O futuro precisa de cuidado hoje.